

## Álvaro Semedo e os Exames na China Imperial

António Aresta\*

A *Relação da Grande Monarquia da China*, escrita por Álvaro Semedo<sup>1</sup>, é justamente considerada uma das obras magnas do amanhecer da sinologia portuguesa<sup>2</sup> e europeia visto que se inscreve num quadro mental de grande abertura que se recusa a encarar o conhecimento pluridimensional da civilização chinesa mediante os prismas europeus em voga.

O manuscrito da *Relação da Grande Monarquia da China* ficou estruturalmente concluído em 1637, (no mesmo ano em que René Descartes publica o *Discurso do Método*), sendo, contudo, trabalhado até 1640, conhecendo a primeira edição em castelhano (1642), sendo igualmente vertido e editado em italiano (1643, 1653, 1667 e 1678), em holandês (1670), em francês (1645 e 1667) e em inglês (1665). Admite-se que possam existir outras edições em outros tantos idiomas mas não há, por ora, um levantamento editorial exaustivo e fidedigno.

Em Lisboa, sairia dos prelos da *Officina Herreriana*, em 1731, uma edição sintética da responsabilidade de Manoel de Faria e Sousa. Três séculos depois, em 1956<sup>3</sup> e em Macau, foi a *Relação da Grande Monarquia*

---

\* Professor e Investigador de Portugal.

<sup>1</sup> Alentejano de Nisa, distrito de Portalegre, onde nasceu em 1585, tendo falecido em Cantão (China) no dia 18 de Julho de 1658. Entrou para a Companhia de Jesus no dia 30 de Abril de 1602. Os estudos filosófico-teológicos foram iniciados em Évora e concluídos em Goa. Missionário na China desde 1613, tendo sido Provincial em duas ocasiões, de 1645 a 1650 e de 1654 a 1657.

<sup>2</sup> António Aresta, *A Sinologia*, in, Adalberto Dias de Carvalho (coord.), *Dicionário de Filosofia da Educação*, Porto Editora, 2006, pp. 347-348; António Aresta, *A Sinologia Portuguesa*, 'Revista de Cultura' (ICM), N.º 32, 1997, pp. 9-18; António Aresta, *Os Estudos Sínicos no Panorama da História da Educação em Portugal*, 'Revista Administração', N.º 38, 1997, pp. 1045-1069. A mais recente obra de referência da sinologia portuguesa é *A Mulher na China* de Ana Cristina Alves (Editorial Tágide, 2007).

<sup>3</sup> *Relação da Grande Monarquia da China*, versão portuguesa e prefácio de Luís Gonzaga Gomes, edição do *Notícias de Macau*, 1956, 2 vols. A segunda edição, de 1994, com um prefácio de António Aresta, seguiu integralmente a primeira e foi editada pela Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e pela Fundação Macau. O presente estudo retoma e desenvolve o mencionado prefácio.

da *China* pela primeira vez integralmente editada na língua portuguesa, mercê do interesse e do labor de Luís Gonzaga Gomes<sup>4</sup>, um dos grandes sinólogos portugueses contemporâneos.

A extraordinária difusão internacional desta obra deve-se essencialmente à seriedade e ao rigor com que o Celeste Império é descrito e analisado, não obstante, aqui e além, ser indisfarçável a presença de uma ética cristã e de uma pedagogia moralizadora. E na história da sinologia é feita essa justiça a Álvaro Semedo que, embora tivesse estudado em Évora e em Goa, se pode classificar como um espírito estrangeirado.

Todo o seu conhecimento da China, da civilização chinesa, é proveniente de uma continuada vivência no terreno: “Espero que este trabalho merecerá, talvez alguma estima e crédito, se não pela grandeza da sua apresentação ao menos pela segurança da realidade, tendo eu colhido o que escrevi de o ter testemunhado com os olhos que, mesmo que fossem de pouca vista, sempre puderam observar repetidas vezes, pois se aquele que olha por longo espaço de tempo, embora vendo pouco, consegue ver mais do que aquele que, com melhor vista, olhe apressadamente, eu que tenho estado a ver as coisas da China, no decurso de vinte e dois anos, terei decerto visto o que escrevi bem como o que os outros escreveram de coisas que não viram, e falarei necessariamente com mais acerto, posto que com menos elegância”<sup>5</sup>. Deixando um recado para ser escutado noutros auditórios, afirma o seguinte<sup>6</sup>: “Não se lhes pode negar uma singularíssima perspicácia, podendo aplicar-se-lhes, mercedamente, o que Aristóteles acordou, liberalmente, aos asiáticos, dizendo que a Ásia supera em engenho à Europa, mas esta supera-a em valor, o que é corroborado pela experiência. Ainda hoje há muitos que chamam bárbaros aos chineses como se falassem de negros da Guiné ou dos tapuyi do Brasil. Tenho-me sentido envergonhado de ouvir dizer isso a alguns, pois ensinou-

<sup>4</sup> Sobre o autor: António Aresta, *O Professor Luís Gonzaga Gomes e a Divulgação Pedagógica da Cultura Chinesa*, Revista Administração, 2001, N.º 54, pp. 1535-1558; Graciete Batalha, *Luís Gonzaga Gomes e o Intercâmbio Cultural Luso-Chinês*, Edição do Instituto Internacional de Macau, 2007; Jorge Rangel, *Luís Gonzaga Gomes*, Edição do Instituto Internacional de Macau, 2007.

<sup>5</sup> Álvaro Semedo, *Relação da Grande Monarquia da China*, Edição da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude/Fundação Macau, 2.ª edição, 1994, ( 416 pp. ), p. 20. Todas as citações remetem para esta edição, doravante referida pela sigla RGMC.

<sup>6</sup> RGMC, pp. 66-67.

-me o contrário, a peregrinação de muitos anos, e a fama e as actividades da China seriam também suficientes para poderem ensinar, havendo já muitos anos que ouvimos aquela e vemos estas”. Pelo menos, poderia ser estancado um conhecimento difuso<sup>7</sup> e frequentemente erróneo da China e da vida chinesa, que teimava em persistir.

As relações da Europa com a China foram mediadas, invariavelmente pelos jesuítas, autênticos embaixadores científicos e culturais, cujo estatuto preferencial não se revelou o bastante para os imunizar contra as perseguições de que foram vítimas. Semedo foi encarcerado em 1616, por determinação de um letrado confuciano, Shen Ts’ui, sendo posteriormente transportado dentro de uma gaiola de bambu, de Nanquim para Cantão, uma viagem superior a trinta dias em condições terríveis e humilhantes. Dali foi enviado para Macau com os padres de Pequim que se lhe juntaram.

É conhecido, de resto, o fortíssimo impacto causado pela obra de Álvaro Semedo na Europa culta, sobretudo na fermentação ideológica de um iluminismo que se abria a uma cosmovisão asiática, como o demonstraram Virgílio Pinot e Bernard-Henri Maître, apontando a contribuição da China na formação do espírito filosófico europeu e nas relações do confucionismo com o cristianismo.

Entre o confucionismo e o iluminismo cruzam-se pensadores como Voltaire, Wolff, Montesquieu, Descartes ou Montaigne. Alguns dos raros chineses que demandaram a Europa, tais como Yang Te Wang e Kao Lei Szu, serviram como inestimável ponte de ligação entre o ocidente e o oriente. Um outro, Arcádio Huang, serviu como intérprete chinês o rei Luís XIV. Assiste-se ao nascimento da chinoiserie, bem como às condições entre os movimentos sinófilos e sinófobos, com largas repercussões em França e na Alemanha. Em moldes diferentes, em Wang Fuzhi<sup>8</sup> (1619-1692), vemos oscilações metodológicas entre a filosofia e a sabedoria que só reencontraremos na ponta final do iluminismo europeu.

A sombra tutelar do Concílio de Trento (1545-1563) e os novos estatutos para as universidades e escolas católicas, também a *Didáctica Magna* (1632) de Coménio inserem-se nessa grande onda renovadora que

<sup>7</sup> D. Frei Amador Arrais, *Diálogos*, Introdução e Revisão de M. Lopes de Almeida, Lello & Irmão, Porto, 1974, p. 299. A primeira edição é de 1589.

<sup>8</sup> Jacques Gernet, *L’Intelligence de la Chine. Le Social et le Mental*, Éditions Gallimard, 1994, pp. 303-312.

paulatinamente varrerá a Europa, preparando-a para a revolução científica e para a emergência de novas ideologias de poder.

Os jesuítas estão intrinsecamente ligados à aurora da sinologia científica. Tudo terá começado com uma providência de Allexandro Valignano, Visitador da Província do Japão que endereçou de Goa, em 23 de Dezembro de 1585, uma carta ao Bispo de Évora, D. Teotónio de Bragança, dando-lhe conta da necessidade imperiosa de os missionários, estacionados em Macau, aprenderem a língua chinesa e estudarem os seus costumes e usos. A língua<sup>9</sup> “parece a mais difícil que existe no mundo, sendo toda de vozes monossílabas, breves e muito equívocas e nesta dificuldade se encontram os padres sem mestres que os ensinassem e sem intérpretes que os explicassem, de forma que não entendiam nem eram entendidos, mas, à força de diligência e incansável trabalho, foram vencendo e conquistando o país e, se bem que nunca tivessem chegado à perfeição no falar e garbo no pronunciar, todavia descobriram os mistérios dessa linguagem e a puseram, de tal modo, em forma clara, que conquistaram a facilidade para aqueles que seguiriam depois. Ajuntaram-se ao trabalho do estudo das letras, as ocupações de suma fadiga sendo elas tantas e tão várias, e, nessa missão, além do costume doutros, os padres estudavam tudo com tanta aplicação e diligência, que aprenderam, escreveram bem e liam os livros chineses, compondo outros, tendo com efeito dado à luz muitos com grandíssimo proveito da cristandade”.

Pouco tempo depois chegavam a Macau Michelle Ruggieri e Matteo Ricci, tornando-se imparável esse desiderato. Há na “cidade de Macau um seminário permanente, onde se educam e acabam de se educar muitos indivíduos que são os que cultivam não só na China e no Japão mas como ainda em todas as cristandades dos reinos circunvizinhos (...) Um dos conventos que tem essa cidade é o colégio da nossa Companhia. Encontram-se ali, ordinariamente, 60 a 80 pessoas, mais ou menos, conforme para lá mandam ou transportam, porque, provendo com eles todas essas missões, torna-se necessário que o número de gente seja vário. Há nesse colégio duas aulas de Teologia, uma de Casos, um curso de estudos superiores, duas classes de Latim, uma escola para crianças, tão numerosa, que, na sua média inferior, tem mais de 90 filhos de portugueses e desse país”<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> RGMC, p. 295-296.

<sup>10</sup> RGMC, pp. 294-295.

A própria língua portuguesa disseminar-se-á, com enormes dificuldades, pelas franjas populacionais que gravitavam em torno dos missionários, dos portugueses e dos interesses comerciais dos portugueses.

A imaginação de Afonso Lopes Vieira<sup>11</sup> coloca no domínio da poética o cálculo das probabilidades historicamente verosímeis:

“Inês de Leiria  
 Encontrou Fernão Mendes  
 no interior da China  
 (e em que apuros ele ia !)  
 a velha portuguesa  
 chamada Inês de Leiria,  
 que de repente reza:  
*Padre Nosso que estais nos céus...*  
 Era, de português, o que sabia.

Ouvindo Fernão Mendes  
 esta voz que soava  
 (Fernão cativo e cheio de tristeza !)  
 o Português sorria...  
*Padre Nosso que estais nos céus...*  
 A velha mais não sabia,  
 mas bastava.

Boa Inês de Leiria,  
 cara patrícia minha,  
 embora te fizesse  
 a aventura imortal  
 de Portugal  
 chinesa muito mais que portuguesa,  
 - pois por esse sorriso de Fernão  
 tocas-me o coração.

Deste-lhe em tal ensejo,  
 entre as misérias da viagem,  
 o mais gostoso e saboroso beijo  
 - o da Linguagem!”.

<sup>11</sup> Afonso Lopes Vieira, *Onde a Terra se Acaba e o Mar Começa*, Vega, 1998, pp. 51-52 (Edição de António Manuel Couto Viana). Afonso Lopes Vieira (1878-1946) foi um destacado poeta e homem de letras. Noutra ordem de ideias, veja-se *As Intuições de Eça*, de Ana Cristina Alves no volume, *Uma Viagem de Muitos Quilómetros Começa por um Passo. Crónicas da China*, COD, Macau, 2004, pp. 99-103.

No âmbito das relações culturais internacionais, não deixa de ser curioso, no mínimo, reter esta interessante contradição. Galileu Galilei foi preso e condenado pelo Tribunal da Inquisição em 1633, os seus livros foram objecto de discussão científica em Pequim, em 1614, levados pelos jesuítas que ofereceram o telescópio ao Imperador em 1634, um ano após a condenação do sistema heliocêntrico. O pragmatismo das relações internacionais superou quase sempre a estreiteza dos dogmas e das conveniências doutrinárias.

A *Relação da Grande Monarquia da China* está dividida em duas partes. A primeira tem por título, *Do Estado Temporal da China*, sendo um impressionante fresco da civilização chinesa, atendo-se particularmente na cultura, na língua, na educação, nas ciências e nas artes liberais; a segunda, *Da Cristandade da China*, é um verdadeiro repositório da história atribulada do cristianismo na China.

Ao longo da obra podem surpreender-se algumas informações preciosas para a história de Macau<sup>12</sup> assim como alguns traços psico-sociológicos e físicos<sup>13</sup> do povo chinês. Há observações de uma espantosa argúcia<sup>14</sup> por parte de quem procura compreender as diferenças não deixando jamais vir ao de cima qualquer crispação impressionista eurocêntrica.

---

<sup>12</sup> RGMC, p. 185: “No ano de 1621, a cidade de Macau enviou de presente ao rei três bombardas grandes e, com elas, bombardeiros para fazerem demonstração do seu uso, como fizeram, em Pequim, com espanto de muitos mandarins que quiseram estar presentes, para ver como é que as disparavam, no que aconteceu uma desgraça, pois, tendo rebatido, violentamente, uma delas, causou a morte de um português e de três ou quatro chineses, com o que ficaram muito amedrontados. Foram de grande estima e levaram-nas para a fronteira dos tártaros que, desconhecendo aquelas novas máquinas e aproximando-se muitos juntamente, unidos, sofreram tais estragos com um tiro de peça de ferro, que não somente se puseram em fuga como andaram depois sempre com mais cautela”.

<sup>13</sup> RGMC, p. 60: “(...) na província de Nanquim, com a cidade de Nancheu, onde as mulheres consideram como primeira vaidade a sua beleza tal como acontece em Portugal com as da ilustre vila de Guimaraes”.

<sup>14</sup> RGMC, pp. 32-33: “Reina entre eles aquele único garante da duração dos Impérios que é: ser rico o público e não ser rico o particular. Não há ricos como na Europa nem tantos que a seu modo possam ter tal nome. Nem os pobres de cá são tantos ou tão pobres como os de lá. A gente é infinita. Não pode haver capital que chegue para tantos nem dinheiro que encha tantas bolsas, do que resulta que, repartido por aqueles, o muito chega para poucos, o mediano para não muitos e o pouco para um número quase infinito”.

Na rememoração dos trabalhos e da vida do Doutor Leão podemos observar não só a adesão reactiva das pessoas a novas e diferentes ideias, mas sobretudo a circulação do conhecimento já então com um carácter transnacional: “nasceu o doutor Leão, na cidade de Hamcheu, na província de Chekiam e, terminados com felicidade os estudos se transferiu para a corte de Pequim, onde conseguiu o grau de doutor desempenhando, primeiramente, o cargo que depois lhe fora cometido por aquele grau. Conheceu ali e tratou com o padre Matteo Ricci, como costumava também fazer a maior parte dos letrados e autoridades superiores, levados pela curiosidade de verem os homens da Europa. Era Leão de vivaz talento e avisadíssimo saber, o que o levou a internar-se mais na amizade e conversação do padre, atraído pela firmeza e novidade das nossas ciências e em particular de alguns mapas e coisas curiosas, a ponto de não poder apartar-se do seu lado”<sup>15</sup>. Foi o início de trinta anos de convívio, de amizade, de aculturação, de absorção de saberes ou de interiorização de novas formas de pensar e de sentir: “Avançou, na verdade, tanto nas nossas ciências que bem podia falar de qualquer assunto, mais que muitos que se julgam letrados na Europa. Sabia, perfeitamente, os seis primeiros livros de Euclides que já estavam traduzidos em chinês. Aprendeu quase todas as espécies da nossa Aritmética, com muitas minúcias e particularidades que nela se ensinam, tendo sobre essa matéria composto seis tomos. Percebia muito bem o que diz respeito à esfera e outras coisas semelhantes, mas aquilo que compreendia muitíssimo bem e ajudou a traduzir foram os livros celestes de Aristóteles com todas as perguntas que sobre ele trata o *Curso Conimbricense*, penetrando perfeitamente tais matérias e, finalmente, aprendeu grande parte da Lógica, da qual deixou vinte tomos em chinês para serem impressos. Falava, pois, de tudo isso e doutras matérias com tanto aprazimento e facilidade que não era coisa fácil, para aqueles que estavam bem práticos nelas, segui-lo. Não fazia caso nenhum das coisas curiosas que vinham da Europa e que eram tão apreciadas por outros. Todo o seu prazer e alegria estava em se lhe mostrar algum livro novo e curioso vindo da Europa”<sup>16</sup>. Ficou, assim, completa a maturação intelectual

<sup>15</sup> RGMC, p. 399.

<sup>16</sup> RGMC, p. 402. *O Curso Conimbricense*, era o “nome dado ao conjunto de oito compêndios de Filosofia produzidos pelos professores do Colégio das Artes de Coimbra, nos fins do século XVI, considerados como empreendimento único, sem similar, sequer longínquo, com a obra de qualquer outro filósofo”: Pinharanda Gomes, *Os Conimbricenses*, Guimarães Editores, Lisboa, 1992, 2.<sup>a</sup> edição, 2005.

tual com a voluntária comunhão nos valores e nas práticas da espiritualidade cristã.

A descrição pormenorizada daquilo a que hoje apelidaríamos de sistema de educação chinês, os exames imperiais, é francamente notável. É um documento único e pioneiro na história da educação setecentista e no panorama da história das ideias educativas portuguesas e macaenses<sup>17</sup>. Ainda não estamos em condições de avaliar a recepção na cultura portuguesa desse peculiar modelo de uma filosofia da educação<sup>18</sup> estrangeira, asiática e chinesa, trazida por Álvaro Semedo. É uma verdadeira viagem ao interior de um *império examinocrático*, como muito bem lhe chamou Ernest Renan.

A literatura pedagógica portuguesa do século XVII é pobre<sup>19</sup>, mercê de problemas vários, avultando entre eles a perda da independência nacional, no período de 1580 até 1640. Por outro lado, a *intelligentzia* portuguesa jamais aproveitou devidamente e em tempo oportuno a visão estrangeirada<sup>20</sup> sobre a instrução e sobre a educação, ou aquela oriunda

---

<sup>17</sup> Que sinergias terão vindo para a Instrução, para a Educação e para a Cultura em Macau? É oportuno mencionar os seguintes estudos: Domingos Maurício Gomes dos Santos, SJ, *Macau, Primeira Universidade Ocidental do Extremo Oriente*, Separata dos Anais da Academia Portuguesa de História, II série, vol. 17, Lisboa, MCMLXVIII. Reeditado, com versão chinesa e versão inglesa, em 1994, pela Fundação Macau e pela Universidade de Macau, por ocasião do IV Centenário do Colégio Universitário de S. Paulo; Aureliano Barata, *O Ensino em Macau: 1572-1979*, edição da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, Macau, 1999; Ana Maria Costa-Lopes, *Confluências e Divergências Culturais nas Tradições Contísticas Portuguesa e Chinesa*, Universidade de Macau, 2000; Lau Sin Peng, *A History of Education in Macao*, University of Macao, 2009.

<sup>18</sup> Em 1937, um sinólogo português, Abílio Basto, publicou no *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, um conjunto de artigos sobre a problemática dos exames, que é um aspecto essencial do sistema educativo. Esses artigos foram agrupados e editados: Abílio Basto, *Os Exames na China Imperial*, (organização, prefácio e notas de António Aresta), Edição da Fundação Macau, 1998.

<sup>19</sup> Refiram-se duas obras: Jacinto de Deus, *Braquilogia de Príncipes*, 1671; Pedro de Santa Maria, *Tratado da Boa Criação e Política Cristã em que os Pais devem Criar os seus Filhos*, 1633. Na Universidade, dominavam os estudos retóricos e escolásticos: Mestre João Fernandes, *Oração Sobre a Fama da Universidade* (1548), Prefácio, Introdução, Tradução e Notas de Jorge Alves Osório, Edição do Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1967.

<sup>20</sup> Luís António Verney (1713-1792), estudou em Itália e publicou *O Verdadeiro Método de Estudar*, em 1746; Ribeiro Sanches (1699-1783), médico do Czar da Rússia publi-

dos relatos de quem correu o mundo<sup>21</sup>, os viajantes, os missionários, os militares ou os comerciantes. Faltou o discernimento político e a visão estratégica da Ínclita Geração, da Dinastia de Aviz, que preparou a abertura de Portugal ao mundo. Um pensador português<sup>22</sup> contemporâneo, José Sant'Anna Dionísio, escalpelizou a questão, chamando a assumir as suas responsabilidades, a Igreja, a Universidade e as diversas instâncias piramidais do Poder Político.

A primeira descrição portuguesa, muito sumária, do funcionamento do modelo educativo chinês, encontra-se na obra *De Missione Legatorum Iaponensium ad Romanam Curiam*, editada em Macau em 1590, da autoria de Duarte de Sande. Richard Hakluyt autonomizou o capítulo, *Um Excelente tratado do Reino da China e de seu Estado e Governo*, fazendo-o verter para a língua inglesa em 1599, transformando-se doravante num clássico.

Vejam, então, como é que Álvaro Semedo constrói a sua narrativa e envolve o leitor nos pormenores aparentemente mais insignificantes. É indisfarçável a admiração que nutre pela cultura e civilização chinesas. Por vezes, a narrativa é rematada com um toque de humor e sem que isso comprometa a serenidade expositiva.

Desde logo, importa notar que a “língua falada na China é de tão remota antiguidade que muitos julgam ser ela uma das setenta e duas da Torre de Babilónia. Consta, pelo menos, nos seus livros, que há mais de 3700 anos que está em uso. É variada porque são diversos os reinos que, actualmente, fazem parte desta coroa e que não lhe pertenciam, pois estavam na posse de bárbaros como todas as províncias austrais e algumas setentrionais”<sup>23</sup>.

---

cou em 1760 as *Cartas Sobre a Educação da Mocidade* Na contemporaneidade, Wenceslau de Moraes (1854-1929), que viveu em Macau e no Japão, publicou em 1925 um estudo intitulado *A Educação no Japão*.

<sup>21</sup> Em 1605 Bento de Góis viaja para a Índia e para a China; em 1614 é publicada a 1.ª edição da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto; em 1620 aparece a *Arte Breve da Língua Japonesa*, de João Rodrigues Tçuzzu; entre 1624 e 1635, as primeiras relações dos jesuítas sobre os *Os Portugueses no Tibete*; poderiam, ainda, ser mencionados Gaspar da Cruz (*Tratado em que se contam muito por extenso as Cousas da China com suas particularidades e assim do Reino de Ormuz*, 1569 ?) ou Tomé Pires (*A Suma Oriental*).

<sup>22</sup> José Sant'Anna Dionísio (1902-1991), *A Não-Cooperação da Inteligência Ibérica na Criação da Ciência*, Seara Nova, Lisboa, 1941.

<sup>23</sup> RGMC, p. 73.

Valorizando a cultura escolar, é natural que “aqueles que escrevem bem são tidos em grande estima. Dão tão grande apreço a uma boa caligrafia como a uma boa pintura e não hesitam em dar muito dinheiro por quadros de letras antigas bem formadas”<sup>24</sup>.

Recorda, para o leitor português e europeu que a “maneira de escrever é de cima para baixo e da direita para a esquerda como os hebreus e todos os orientais”<sup>25</sup>.

O estudo exige persistência, obediência, método e disciplina: “os chineses dedicam-se ao estudo, desde idade muito tenra. Para os principais existem alguns livros simples com textos respeitantes às virtudes, bons costumes e obediência aos pais e às pessoas idosas, e outros assuntos semelhantes. Passados poucos meses dão-lhes obras dos clássicos que estudam de cor, texto e glosa juntos, como se fossem a Ave Maria. Vem depois as explicações do mestre. As lições são, igualmente reproduzidas de cor pelos alunos e de costas voltadas para o professor e, assim que chegam á banca deste, deixam lá ficar o livro aberto. É por este método que dão as lições, não sendo usado entre eles outro a não ser este de *poixu*, que quer dizer voltar as costas ao livro. Procedem assim para que se não socorram com os olhos da ajuda do compêndio. Estudam com tanto rigor, mesmo os mais pequenos, que a ninguém é permitido qualquer entretenimento ou recreio”<sup>26</sup>.

A formação e a modelação do carácter e da personalidade é feita a par com a instrução, e “tratando-se de gente de categoria, o aluno nunca sai sem o seu mestre, que serve para o instruir nas cerimónias e boas maneiras, particularmente nas visitas, onde por serem actos de cerimónia em que são muito exigentes, é coisa fácil de errar se o mestre o não ajudar. E não há dúvida que este modo é o mais honesto para a reputação, mais estável para o estudo e menos sujeito a conversas e companhias venenosas, muito férteis de costumes que destroem o decoro dum cavalheiro e ainda mais na China, onde quem gozar de má fama nisso, não pode ser admitido aos exames”<sup>27</sup>.

---

<sup>24</sup> RGMC, p. 77.

<sup>25</sup> RGMC, p. 78.

<sup>26</sup> RGMC, p. 81.

<sup>27</sup> RGMC, pp. 82-83.

E quanto às merecidas férias e dias de descanso ou lazer?: “os dias de férias são somente quinze; na entrada do ano novo e alguns poucos, na quinta e sétima lua. E como não tem dias de guarda, todo o resto do ano é uma aplicação ininterrupta ao estudo, tão grande é o conhecimento que tem de que é necessário trabalhar para saber”<sup>28</sup>.

As universidades, “se bem que não tenham universidades e escolas particulares, tem-nas todavia gerais, espaçossíssimas e sumptuosas, com todos os apetrechos e equipamentos para os examinadores e examinados, os quais formam uma multidão admirável. São as que existem nas cidades e vilas, pois as que são próprias e excelentes encontram-se nas metrópoles das províncias, onde se fazem os exames dos licenciados. Estas estão instaladas em edifícios de grandeza proporcionada à multidão de gente que concorre a esses exames. A disposição de quase todas é a mesma. As de Cantão não são grandes, pois que nesta província não dão grau senão a 80 indivíduos, ao passo que noutras se confere a 100 até 115, o que constitui grande diferença”<sup>29</sup>.

Atentemos na descrição espacial: “todo o edifício é rodeado de uma muralha, e para o sul, existe uma grande e sumptuosa porta, que fica à testa duma ampla rua, para a gente que ali se junta. Tem de largura 150 passos geométricos de cinco pés. Não existem ali casas, mas apenas alpendres com bancos para capitães e soldados, que tem de estar presentes durante o tempo do exame, para fazerem guarda”<sup>30</sup>.

Depois, os pormenores: “na primeira entrada aparece um grande pátio, onde se encontram os mandarins de primeira categoria, com gente de guarda na parte interna. Segue-se imediatamente um outro muro com uma porta que, tal como nas nossas igrejas, se abre e fecha em duas peças, por não ser conveniente abri-la toda. Estando aberta, vê-se um grande espaço e nele um tanque de água, que vai dum lado a outro, sendo atravessado por uma ponte de pedra de arquitectura perfeita e que termina numa outra entrada, cuja porta é guardada por capitães, que não deixam entrar ou sair pessoa alguma sem ordem expressa dos oficiais”<sup>31</sup>.

<sup>28</sup> RGMC, p. 83.

<sup>29</sup> RGMC, p. 84.

<sup>30</sup> RGMC, pp. 84-85.

<sup>31</sup> RGMC, p. 85.

E o que se vê?: “sucede-se a esta porta um outro espaço enorme; tendo dum e doutro lado casinhotos para os examinandos, situados a oeste e a leste. Cada fileira tem cerca de 150 casinhotos, com três palmos e meio de largura cada um e quatro e meio de comprimento. A sua altura é da estatura de um homem. São cobertos por um terraço, em vez de telhas, tendo, em cada um, duas tábuas, uma fixa para servir de banco e outra móvel para mesa de escrever. Esta, depois de ter sido usada para escrever, serve, a seu tempo, para nela se tomarem as refeições”<sup>32</sup>.

A organização era meticulosa, “na ocasião dos exames, encontra-se um soldado em cada um dos casinhotos, assentado por baixo da mesazinha, para guardar e servir o examinando e dizem que com um pau entalado na boca para que não fale e incomode...”<sup>33</sup>.

Álvaro Semedo recorda que “antigamente não se admitiam os cavaleiros e parentes do rei, em qualquer espécie de cargo, nem aos exames, aqueles que estudavam para se graduarem. De vinte anos para cá, após muitas instâncias suas e oposições dos mais, concedeu-se-lhes o privilégio de serem admitidos a todos os exames, sendo obrigação dos examinadores dar o grau a alguns mas poucos”<sup>34</sup>.

Quem poderia candidatar-se?: “admite-se nos exames toda a gente do povo de qualquer espécie e ocupação que seja, excepto os infamados como são os criados dos mandarins, não os da sua casa mas os que servem nos tribunais, os esbirros, os farfantes, os verdugos e os guardiões de mulheres públicas, chamados *vamos*. Não são similarmente admitidos os tachados de maus costumes enquanto não constar a sua emenda”<sup>35</sup>.

Os graus académicos que os candidatos procuravam alcançar, “são três os graus: *sieucaí*, *kiugin* e *cinfu*, e, para compreendermos, podemos dizer que a seu modo correspondem aos nossos de bacharéis, licenciados e doutores. Cada um tem as suas insígnias adequadas. Dos simples estudantes sem graus não se faz caso nem têm qualquer privilégio senão o de serem tratados como nobres e assim os respeita o povo como lustres das suas terras, tão estimado é o saber entre eles, que sabem apreciar aqueles que merecem a verdadeira estima”<sup>36</sup>.

<sup>32</sup> RGMC, p. 85.

<sup>33</sup> RGMC, p. 85.

<sup>34</sup> RGMC, p. 86.

<sup>35</sup> RGMC, p. 86.

<sup>36</sup> RGMC, p. 87.

O princípio do império examinocrático começava assim: “é curioso o modo como entre essa gente se fazem os exames. É necessário supor que esses exames, desde o primeiro dos simples estudantes até ao último dos doutores, são a coisa de maior importância desse reino, porque deles dependem os graus; destes, os cargos públicos; e dos cargos públicos, as honrarias e os proventos, único objectivo almejado com suma atenção pelos mortais”<sup>37</sup>.

As formalidades eram assim: “antes de se realizarem os exames divulga-se a notícia de que eles se vão efectuar até que, por fim, tornam pública a sua realização (...) O magistrado dá o ponto sobre o qual os examinandos hão-de compor e as provas principiam a ser prestadas, pela manhã, podendo durar até à tarde. Fazem somente uma composição e à medida que vão acabando vão-na entregando à autoridade própria que, depois de todas juntas, examina-as, demoradamente e com diligência. Escolhidas as melhores, os nomes dos seus autores são inscritos numa lista que é afixada numa parede do palácio do magistrado e é por ela que se vem a saber aqueles que ficaram habilitados a prestar o exame supremo. A esta habilitação se chama *ter o nome na vila*. Os que não estão mencionados nesta lista regressam a suas casas”<sup>38</sup>.

Começam as provas para os bacharéis, “estando todos juntos os estudantes já habilitados das vizinhanças, entram estes, no lugar geral da cidade, para serem novamente examinados pelo seu governador, que lhes dá novo ponto, da mesma forma como se procedeu na vila, com a diferença de que é feito com mais atenção, rigor e vigilância e menos intercessões que, por distorcerem a verdade, se encontram por toda a parte. Destas provas escolhe o governador até duzentas e entrega-as ao cancelário que, submetendo os examinandos pela terceira vez, à mesma experiência e quase nos mesmos termos, escolhe entre 20 e 25, para lhes dar o grau”<sup>39</sup>.

A recompensa: “ali lhes dão as insígnias, os privilégios e as advertências da sujeição em que ficam não somente do cancelário mas ainda dos prefeitos dos quais existem dois em cada cidade e se chamam *bioquon*, isto é, mandarins de ciência. O seu ofício é de espiar o procedimento de cada um e castigar os que se portam mal”<sup>40</sup>.

<sup>37</sup> RGMC, p. 89.

<sup>38</sup> RGMC, p. 90.

<sup>39</sup> RGMC, p. 90.

<sup>40</sup> RGMC, p. 90.

Os primeiros serviços organizados de inspecção: “o cancelário é obrigado, por dever do seu cargo a percorrer toda a província e a convocar, nas cidades, todos os bacharéis antigos e examiná-los para verificar se estudam ou se se entregam a coisas alheias à sua profissão<sup>41</sup> .

Poderemos entender esta acção como um modo pioneiro de formação contínua:

“premeia os que são aplicados e castiga os ociosos desta forma: reunidos no palácio geral, dá-se-lhes o ponto para a composição, e uma vez terminada, dividem-se os papéis em cinco decúrias ou classes. Os da primeira recebem louvores e prémios; os da segunda, a mesma coisa ou pouco mais ou menos; os da terceira são passados em silêncio; os da quarta, castigados; e os da quinta, despojados do grau, insígnias e privilégios, ficando como simples populares, porém, com a faculdade de voltarem ao exame<sup>42</sup> .

Os custos de toda a operação não são despiciendo, “de entre os da primeira, seleccionam-se os mais aptos, em número de 40 em cada cidade e 20 em cada vila, e se bem que não chegue a custar oito escudos cada um, custa ao rei, pelo menos, trezentos mil em todo o reino. Este trabalho é quase imenso, pois que são 444 cidades e mais de 1150 vilas. Isto é o que obriga o grau de bacharel, já para o conseguir, já para se sustentar e já para ser reconhecido<sup>43</sup> .

Para os candidatos a licenciados, o exame “é feito todos os três anos, na metrópole da província e no mesmo dia em todo o reino, que vem a ser a 8.<sup>a</sup> lua, a qual recai, geralmente, no fim do nosso mês de Setembro e princípio de Outubro<sup>44</sup> .

Os exames são deveras complexos, duram “25 a 30 dias, se bem que os examinandos se submetam a ele apenas três dias, isto é, em 9, 12 e 15. Os principais examinadores são as autoridades superiores de toda a província, que tem muitas outras do distrito para ajudantes, sendo, porém, superintendidos pelo presidente que sai da corte para ir à sua província. Todos estes são os primeiros a congregarem-se no palácio geral e, com eles, os seus secretários, escreventes e outra gente de guarda e de serviço,

<sup>41</sup> RGMC, p. 91.

<sup>42</sup> RGMC, p. 91.

<sup>43</sup> RGMC, p. 91.

<sup>44</sup> RGMC, p. 91.

bem como médicos, para o que possa acontecer, pois que, enquanto dura este acto não é permitida a entrada ou a saída a pessoa alguma”<sup>45</sup>.

Álvaro Semedo dá o seu testemunho presencial: “encontrando-se já reunidas as autoridades, apresentam-se os examinandos que, nas províncias e nas grandes universidades excedem os 7.000, às nove da manhã, com ordem e não à porfia, como às vezes acontece nos exames de bacharéis com acidentes descompostos e indecorosos e até mortes, como presenciei na cidade de Sumkiam, na província de Nanquim e na de Kiamsi”<sup>46</sup>.

No início, “expõem-se imediatamente os pontos que o presidente redigira previamente, com caracteres muito grandes, em tábuas brancas de charão, as quais são penduradas publicamente nos quatro cantos da encruzilhada dos casinhotos, de forma a poderem ser vistas por cada um dos examinandos do seu próprio cubículo”<sup>47</sup>.

Depois, sobre “cada ponto o examinando terá de redigir breve, elegante e sentenciosamente, e assim cada um acaba por fazer sete composições com letra muito clara, bem formada e sem abreviaturas. Se emendou nelas qualquer coisa, anota em baixo que, em tal coluna, existe tal emenda”<sup>48</sup>.

Para garantir o anonimato e a imparcialidade, “os examinandos são obrigados a fazer duas cópias, sendo uma firmada com o seu próprio nome e os apelidos do pai e do avô, acompanhados de um pseudónimo que cada um escolhe, bem como os anos da sua idade. Esta cópia é fechada, escrevendo-se, na parte de fora, apenas o pseudónimo”<sup>49</sup>.

Pela segunda vez fazem “o exame aos doze do mês e com este se procede da mesma forma que no anterior, com a excepção de que dão apenas três pontos acerca das dúvidas que podem ocorrer em matéria de governação, para compreenderem o modo como deverão proceder nelas e aconselhar o rei. Também, depois de bem examinadas as composições deste exame, se excluem muitos, dispensando-os do terceiro exame, que é

---

<sup>45</sup> RGMC, p. 91.

<sup>46</sup> RGMC, p. 92.

<sup>47</sup> RGMC, p. 92.

<sup>48</sup> RGMC, p. 93.

<sup>49</sup> RGMC, p. 93.

efectuado em quinze do mês, sendo, igualmente, apresentados três pontos respeitantes às leis e estatutos do reino”<sup>50</sup>.

No fim, são “recolhidas as composições deste último exame, o palácio geral é encerrado durante quinze dias, pouco mais ou menos. Entretanto as provas são revistas e seleccionadas as melhores, sendo recolhidas somente aquelas que, na realidade merecem o grau, as quais são entregues ao presidente, que faz o último escrutínio e as dispõe por ordem, conforme os lugares, por existir grande diferença em serem as primeiras, tanto por prestígio como para o provimento”<sup>51</sup>.

Finalizada “esta última diligência, que é feita com a cópia das composições, abrem-se imediatamente as que estavam fechadas, sendo postas de parte para se conferirem os pseudónimos com os nomes dos autores, os quais se vão escrevendo conforme a sua ordem e classe. Esta lista é exposta aos olhos de incontável gente, que já se encontra esperando, quer pelos filhos ou irmãos, quer pelos parentes ou amigos, quer pelos seus patrões ou parciais ou quer, simplesmente, pelo gosto de um tal espectáculo”<sup>52</sup>.

Os resultados são devidamente publicitados, “avisados os que alcançaram o grau, vem todos a cavalo ao palácio geral, segundo a sua ordem, onde o provedor e o ministro da câmara real os estão aguardando com as insígnias das suas dignidades, barrete, toga, borla e botas, que calçam solenemente, e assim paramentados vão imediatamente apresentar os seus agradecimentos ao presidente dos exames, que os recebe de pé e os trata já como seus iguais, sendo, porém, ainda seu mestre, pois eles continuam a ficar-lhe tão dependentes e com respeito tão extraordinário, que é coisa inacreditável. Tudo se encontra desta forma tão de acordo entre eles como se fossem irmãos e assim denominam-se irmãos de exame e como tais se respeitam uns aos outros”<sup>53</sup>.

O autor deixa um apontamento irónico: “depois destes indivíduos terem alcançado o grau ficam, imediatamente, importantes, honrados e ainda venerados, e, não sei como, logo ricos. Já não põem mais o pé em

---

<sup>50</sup> RGMC, p. 94.

<sup>51</sup> RGMC, p. 94.

<sup>52</sup> RGMC, p. 94.

<sup>53</sup> RGMC, p. 95.

terra, pois que se lhes faltarem cavalos, sobram-lhes as liteiras. E não somente o graduado mas toda a sua família muda de situação, pensando em comprar as vizinhas e erigir palácios. Causará maior admiração a quem souber que muitos vem das suas terras a pé para estes exames e com o traje, que hão-de usar na cidade, às costas, tendo, talvez, acabado de limpar os dedos do barro com que estavam reparando as suas modestíssimas casas, como vi alguns em Nanquim”<sup>54</sup>.

O autor não perde o hábito de fazer o balanço orçamental, aliás vultuoso: “para esta jornada que fazem à corte dá-se a cada um, da câmara real, oitenta escudos, para ajuda de custo, sendo coisa certa, conforme me afirmaram chineses dignos de fé, que todas as despesas juntas, que o rei faz com um novo licenciado até o por na sua corte, montam a mil escudos, o que para todo o reino, segundo o meu cálculo, perfaz um milhão e meio de escudos. É quanto custa a um príncipe formar homens sapientes e capazes para o governo da sua coroa. É este o prémio que se lhes concede para que aspirem suficiente doutrina”<sup>55</sup>.

Os aspirantes ao grau de doutor sabem que “é concedido somente na corte, na 2.<sup>a</sup> lua do ano, que vem a ser o nosso mês de Março”<sup>56</sup>.

O exame doutoral: “neste exame apuram-se 350 examinandos aos quais se confere o grau. As suas insígnias, com excepção das botas, que para todos são iguais, diferem muito das dos licenciados, tanto no valor como na decoração, tendo a mais uma cinta. Eles servem sempre no governo que vão conseguindo, e a cinta vai aumentando de preço quanto ao material, à medida que eles vão avançando de posto. Recebido o grau e conferidas as insígnias acorrem todos ao palácio real e numa sala para esse efeito preparada, são outra vez examinados com uma só composição, cujo ponto diz respeito ao governo ou provisões que hão-de passar.(...) O rei, com as suas próprias mãos, entrega um prémio a cada um e o primeiro a quem dá fica sendo o principal de todos, com um título particular, como também o terão o segundo e o terceiro.(...). A honra é tão grande que corresponde à dos nossos duques e marqueses, já pelo respeito com que são tidos em todo o reino como pelos lugares para os quais são nomeados para governar, sendo os mesmos que, antigamente, ocupavam os senho-

---

<sup>54</sup> RGMC, p. 95.

<sup>55</sup> RGMC, p. 96.

<sup>56</sup> RGMC, p. 97.

res, cuja autoridade correspondia, por outro estilo, a esta que está hoje em vigor”<sup>57</sup>.

Há, ainda, uma candidatura ao prestigioso Colégio Real: “terminadas estas cerimónias, há ainda um outro exame, mas voluntário, sendo todavia raros os que a ele se submetem. Dá-se-lhes um novo ponto; fazem as suas composições e por elas se apuram os que hão-de ser admitidos ao Colégio Real. Escolhem-se somente trinta dos melhores e despedem-se cinco que, só pelo facto de terem entrado nesse número, são providos vantajosamente com cargos de governo. Os vinte e cinco que ficam, para os quais há palácios especiais, onde se alojam, passam a ser alunos sob o magistério de um *colao* que, quase todos os dias os obriga a fazer composições e a exercitar-se em tudo o tocante às suas letras e ao governo especulativo. Dura isto até outros exames mediante os quais entram novas pessoas, saindo as velhas, e pelos seus graus e antiguidade vão alcançando postos mais importantes na corte, pois que fora dela a não ser que sejam presidentes de exames ou exerçam, por ordem do rei, alguma ocupação especial e de pouca duração, não saem nem sequer para vice-reis, por tal cargo ser inferior para eles. Só os que pertencem a este Colégio podem ter acesso à dignidade de *colao*”<sup>58</sup>.

O autor finaliza a sua descrição com este comentário sábio: “em suma, o mundo no substancial é em toda a parte o mesmo, sendo ilusório pensar que aquele que não for poderoso há-de ser admirado, escutado ou recebido com aplausos, pois, ou o será por zelo à verdade ou por lisonja, com interesse”<sup>59</sup>.

Álvaro Semedo oferece-nos, também, um largo panorama sobre a cultura chinesa, nas áreas mais diversas. Toma como comparação o estado da arte que conhece segundo a matriz portuguesa e europeia.

Das ciências chinesas “não se pode falar com muita distinção e clareza, porque na realidade, os chineses não tem sido tão felizes como Platão, Aristóteles e outros filósofos e sábios que as trataram por suas classes, divisões e títulos. Das muitas ciências e artes liberais, os chineses de nada

<sup>57</sup> RGMC, pp. 98-99.

<sup>58</sup> RGMC, p. 99.

<sup>59</sup> RGMC, p. 100.

ou de muito pouco tem tratado; doutras, principalmente as que dizem respeito ao bom governo, tem escrito e dito superficialmente”<sup>60</sup>.

A Gramática, “porta das outras ciências, se a tivéssemos de reduzir aos únicos termos da língua, como a reduziu Cornélio Nepos e outros autores sérios, é pouquíssimo apreciada pelos chineses, pois como todas as palavras são monossilábicas e indeclináveis não exige muito trabalho a sua composição. Porém, apesar disso, há grande dificuldade na redacção, que consiste na inserção de advérbios e certos termos não significativos. Mas se devemos alargar a gramática tanto quanto a alargou Ângelo Policiano, ela é, então, por eles muito apreciada, pois as letras humanas são muito vastas, havendo nelas poucas fábulas ou mistérios mas muitas histórias, ditos, sentenças e apotegmas de que se servem para ornamento das composições”<sup>61</sup>.

Da Lógica ou Dialéctica, “não tem outras regras senão aquelas que lhes dá a luz da natureza”<sup>62</sup>.

A Retórica é “frequentemente usada por eles, porém, não formulam qualquer regra. Empregam-na a mais das vezes, por via de imitação, observando com a prática aquilo que descobrem de bom noutras composições”<sup>63</sup>.

A Aritmética “é por eles apreciada, sendo perfeita, no tocante às suas quatro espécies, com demonstrações e figuras, como vi nos seus livros”<sup>64</sup>.

Da Álgebra, “ignoram-na completamente, não tendo grande prática comum”<sup>65</sup>.

Da Geometria, “conhecem bastante, pois, se bem que por desconhecimento dos países e reinos mais remotos, não tivessem conseguido dividir os seus termos nem distinguir e assinalar bem os confins, tem, porém, muito bem dividido e distinto o seu próprio país, do qual possuem mapas muito perfeitos”<sup>66</sup>.

---

<sup>60</sup> RGMC, p. 101.

<sup>61</sup> RGMC, p. 107.

<sup>62</sup> RGMC, p. 107.

<sup>63</sup> RGMC, p. 107.

<sup>64</sup> RGMC, p. 107.

<sup>65</sup> RGMC, p. 107.

<sup>66</sup> RGMC, p. 108.

Sobre a Matemática, “são muito curiosos, mas de um modo geral tem poucos conhecimentos dela, não podendo estudá-la para profissão senão as pessoas que se aplicam a este estudo por ordem do rei, existindo apenas duas em todo o reino: uma na corte de Pequim e outra na de Nanquim, com o aparato e serviço de mandarins e de matemáticos do rei, os quais não ensinam ninguém, a não ser apenas aos seus filhos que lhes sucedem por gerações. Sabem, moderadamente, tendo, porém, muitos livros antigos desta ciência, não somente sobre o curso das estrelas, planetas e outras coisas diversas, mas ainda respeitantes à astrologia e horóscopos, aos quais são muito inclinados”<sup>67</sup>.

A Música foi “antigamente tão estimada na China que uma das coisas que o seu filósofo Confúcio usava muito, no estado onde governava, era ensinar e cultivar a música. Hoje os chineses dizem e lamentam que estejam perdidas as suas verdadeiras regras e quase todos os livros antigos que tratavam delas. Assim, a música que presentemente pratica não é apreciada pela gente nobre, sendo mais empregada no teatro”<sup>68</sup>.

A Poesia foi “sempre muito apreciada na China. No tempo em que havia muitos reis feudatários, quando estes vinham prestar obediência ao imperador, o que acontecia todos os três anos, eram obrigados a trazer, cada um, poesias e coplas, que então estavam em voga nos seus reinos, para por meio deles, se ajuizarem dos seus costumes, pois na verdade parece que muitos deles são revelados nessas composições (...) Tem muita variedade de versos e fazem uso de consonâncias, como nos sonetos, romanças, canções e madrigais da Europa”<sup>69</sup>.

Na Pintura, “tem mais curiosidade que perfeição. Na arte não sabem empregar a sombra nem o óleo. Pintam, por isso, a figura humana sem graça alguma; mas as árvores, as flores, as aves e coisas semelhantes são pintadas com muita naturalidade. Actualmente, alguns, industriados pelos nossos, empregam o óleo e fazem pinturas perfeitas”<sup>70</sup>.

A Medicina encontra-se “em elevadíssimo plano na China, porque tem bons livros, em abundância e antigos, todos de seus autores e com os quais os nossos não se equiparam”<sup>71</sup>.

---

<sup>67</sup> RGMC, pp. 110-111.

<sup>68</sup> RGMC, p. 112.

<sup>69</sup> RGMC, p. 114.

<sup>70</sup> RGMC, p. 115.

<sup>71</sup> RGMC, p. 115.

A descrição exaustiva que Álvaro Semedo nos legou tem ainda o mérito de posicionar a educação no contexto da complexidade social setecentista chinesa.

A educação, na China Imperial, ocupava um papel nuclear na estrutura social porque dela surgia uma aristocracia intelectual e letrada que após galgar os sucessivos exames imperiais tomava posse de todos os postos político-administrativos. A ligação, verdadeiramente incestuosa, dos estatutos sociais honrosos, prestigiantes e privilegiados com a obtenção de graus académicos explica, em boa medida, a longevidade e a blindagem do sistema.

O mandarinato representava a elite política, cultural e militar da nação. Era uma posição com prestígio, com autoridade, poder e relevantes proventos económicos. Curiosamente, ou não, Álvaro Semedo deixou de fora os Exames Militares e as insígnias e fardamento dos diversos graus de mandarinato.

O sistema público de exames teve o seu início formal na dinastia Tang (618-907), dando-se primazia aos filhos dos altos dignatários, um processo conhecido por privilégio da *sombra*; na dinastia Song (960-1279), acentuou-se o carácter obrigatório dos exames como a única via de acesso aos serviços da administração civil do reino ao mesmo tempo que as matérias objecto de estudo eram fortemente ideologizadas; com a dominação mongol (1206-1368), o sistema de exames foi interrompido, relaxado e fragilizado; com a dinastia Ming (1368-1644), deu-se um verdadeiro renascimento do sistema que foi acompanhado de uma grande liberalização no acesso, o que permitiu a entrada de camponeses, artesãos e mercadores, embaratecendo-se, igualmente, o custo dos livros que passaram a ser impressos em tabuinhas de madeira.

Este sistema<sup>72</sup> rígido e inibidor das capacidades criadoras entrou em colapso com o ocaso dos Ming não só porque os privilégios usufruídos

---

<sup>72</sup> Um inimaginável aproveitamento dos Exames, é referido por Benjamim Videira Pires, SJ: “A lotaria do Vae-Seng era também outro vício do china (de há um século, em Macau). Sempre que havia Exames de Estado em Pequim e provinciais em Cantão, de 3 em 3 anos, cada bilhete da lotaria incluía 20 apelidos de candidatos. Cada colecção de mil bilhetes formavam uma série e cada série constituía uma lotaria com três números. O prémio era ganho pelo bilhete que contivesse maior número de apelidos de candidatos premiados. Havia bilhetes de meia pataca, uma, duas, três, cinco e dez. Com um bilhete de dez patacas, podiam ganhar-se seis mil. Desde que o governo chinês permitiu

fossem bastante superiores aos deveres administrativos, mas sobretudo porque o choque entre poderes, valores e saberes começava a criar fissuras na estrutura global da organização social. A linha de compromisso situava-se entre a Tradição (*Os Cinco Clássicos*, compilados por Confúcio; *Os Quatro Livros de Comentários*, com as opiniões de Confúcio; *O Livro Oficial das Dinastias Históricas*; *O Livro Antigo da Aritmética*) e as exigências cada vez mais apelativas do universo das ciências experimentais e exactas. O que pode ser visto como a sublimação de uma sociedade estática e autoritária.

E os jesuítas, na qualidade de mensageiros de um outro espírito científico, humanista, artístico, filosófico e cultural, contribuíram eficazmente para o princípio do fim do multissecular império examinocrático<sup>73</sup>.

Álvaro Semedo dizia que é “coisa raríssima ter alguém fama de doutor sem muita fadiga”<sup>74</sup>. Estaria ele a referir-se a Zhu Xi, o filósofo que requintadamente complexificou todo o sistema de exames imperiais?

Um enigma por desvendar.

---

a venda dos bilhetes em Cantão, o arrematante do Vae-Seng em Macau pagava apenas trinta e seis mil patacas anuais ao governo português”, in *Os Extremos Conciliam-se*, edição do Instituto Cultural de Macau, 1988, p. 195.

<sup>73</sup> Dois estudos clássicos: T.C.Lai, *A Scholar in Imperial China*, Kelly & Walsh, Hong Kong, 1970; Robert M. Marsh, *The Mandarins. The Circulation of Elites in China, 1600-1900*, Southern Materials Center, Inc, Taipei (1961).

<sup>74</sup> RGMC, p. 83.